

Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas

2



Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2021

Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas

2



Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Da teoria à prática em pesquisas nas ciências sociais aplicadas 2

Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T314 Da teoria à prática em pesquisas nas ciências sociais aplicadas 2 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-351-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.511213007>

1. Ciências sociais. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book “Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas II”. São ao todo 22 pesquisas instigantes, que provocam a leitura diante de temáticas relevantes e extremamente contemporâneas.

As pesquisas apresentadas permitem a aproximação e o reconhecimento de movimentos da sociedade brasileira e global, como os processos migratórios, a pandemia de COVID-19, a sustentabilidade e gestão ambiental, modelos de desenvolvimento econômico, sistemas políticos e impactos nos territórios e desenvolvimento social.

Registra-se que os temas apresentam relação entre si, e apontam para os impactos de processos históricos. O contexto de pandemia do COVID - 19, reconhecida oficialmente pela OMS – Organização Mundial da Saúde desde março de 2020, já contabiliza mais de 4 milhões de pessoas mortas. Além do impacto à vida e à saúde, a pandemia trouxe consequências diretas para as questões econômicas, condições de vida e relações sociais.

As temáticas são apresentadas a partir de eixos centrais como os espaços organizacionais, pesquisas e práticas acadêmicas, relação com as políticas públicas, redes sociais e aspectos territoriais.

O e-book congrega a sistematização de resultados de pesquisas que permitem a relação entre a teoria e a prática em um contexto extremamente dinâmico da vida social, sendo relevante o registro dos impactos imediatos identificados. Espera-se ainda, que estas possam contribuir para a realização de análises sistemáticas de tal realidade, a partir de novos questionamentos e de diferentes perspectivas teóricas.

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

MEG SUSTENTÁVEL - MÉTODOS PARA TORNAR UMA INSTITUIÇÃO SUSTENTÁVEL

Elias Giovanni de Oliveira Brandão

Guilherme Magalhães M. Gomes

Manoel Victor Silva Borges Aguiar

José Roberto Cruz e Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5112130071>

CAPÍTULO 2..... 17

MUTAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO MUNDO DO TRABALHO E O NOVO ESPÍRITO DO CAPITALISMO : A ANÁLISE DE LUC BOLTANSKI E EVE CHIAPELLO

Cristina Maria Quintão Carneiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5112130072>

CAPÍTULO 3..... 23

REFLEXOS E MEDIDAS DOS PEQUENOS NEGÓCIOS DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19: ESTUDO DE CASO CAPIXABAS BAR E RESTAURANTE

Beatriz Mendes Leal

Brenda Layane Mendes

José Victor Lopes de Abreu

Rayssa da Cunha Moraes

Carmen Luiza Moreira Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5112130073>

CAPÍTULO 4..... 34

ANÁLISE DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL (SGA) NO RAMO DE LATICÍNIOS

Emerson Ordonioda Silva

Simone Macedo Ferreira

Elias Caetano da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5112130074>

CAPÍTULO 5..... 52

ESTUDO DO PERFIL DE EMPREENDEDORES FILIADOS A ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS NO PARANÁ

Tayso Silva

Izabela Martins Rodrigues

Lincoln Tutida

Cristina Hinterlang e Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5112130075>

CAPÍTULO 6	59
IMIGRAÇÃO HAITIANA E SENEGALESA: UM ESTUDO DA DIVERSIDADE CULTURAL E A INFLUÊNCIA ORGANIZACIONAL NA AGROINDÚSTRIA DA CIDADE DE XAXIM NO OESTE DE SANTA CATARINA	
Jerri Kallebe da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5112130076	
CAPÍTULO 7	79
O FENÔMENO DAS FÁBRICAS RECUPERADAS POR TRABALHADORES: FLASKÔ E ERTS ARGENTINAS EM FOCO	
Cícero Costa Hernandez	
Carlos Raul Etulain	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5112130077	
CAPÍTULO 8	92
GESTÃO ESTRATÉGICA DE RECURSOS HUMANOS NAS INDÚSTRIAS DA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE	
Dione Olesczuk Soutes	
Iago Rafael Muller	
Matheus Vitor da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5112130078	
CAPÍTULO 9	112
FORMAÇÃO TÉCNICA INTEGRADA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL: AS PROPOSTAS DE UM CURSO TÉCNICO NO CONTEXTO DE UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DO PARANÁ	
Ednéia Martins Ferreira de Souza	
Maria Izabel Rodrigues Tognato	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5112130079	
CAPÍTULO 10	122
ANÁLISE DA ADOÇÃO DE PRÁTICAS DE CONTABILIDADE INTERORGANIZACIONAL PELOS OLEIROS DO PARACURI – ICOARACI – PA	
Ana Paula da Costa Ewerton	
Márcia Athayde Moreira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300710	
CAPÍTULO 11	134
SISTEMATIZAÇÃO DE TÉCNICAS DE ARQUITETURA A PARTIR DE TRABALHOS ACADÊMICOS	
Aline Cardoso Barreto	
Vera Santana Luz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300711	

CAPÍTULO 12	152
APROXIMAÇÕES SOBRE OS PESQUISADORES QUE DEFENDEM EXPLICITAMENTE A TERCEIRIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA E SUAS TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS	
Ibrahim Rogério Jarochinski Marinho Leonardo Carnut	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300712	
CAPÍTULO 13	170
PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A COVID-19 EM REPOSITÓRIOS BRASILEIROS COMO APOORTE PARA O COMBATE À PANDEMIA	
Sonia Aguiar Cruz-Riascos Paloma Rayana França da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300713	
CAPÍTULO 14	183
DIREITO À MORADIA: UMA ANÁLISE DO SOB A ÓTICA DO <i>BEM VIVER</i> NO DIREITO URBANÍSTICO EM SALVADOR/RIO DE JANEIRO	
Gilmar Bittencourt Santos Silva Paula Miranda Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300714	
CAPÍTULO 15	200
A DESISTÊNCIA DA CONDUTA INFRACIONAL POR ADOLESCENTES NO DISTRITO FEDERAL	
Andrea Lagares Neiva Liana Fortunato Costa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300715	
CAPÍTULO 16	214
EXPOSIÇÕES EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS: PRÁTICAS NA REGIÃO NORTE DO BRASIL	
Rubens da Silva Ferreira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300716	
CAPÍTULO 17	226
A GESTÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: ESTUDO DE CASO NA BIBLIOTECA SETORIAL RODOLFO HELINSK	
Maria Jane Chelly de Oliveira Inácio Raimunda Fernanda Santos Marjorye Isidio Oliveira Maribel Silva Monteiro Dias	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300717	

CAPÍTULO 18.....	241
PERFIL DOS SEGUIDORES DAS REDES SOCIAIS DO 'PROJETO SABERES, SABORES E PRÁTICAS GASTRONÔMICAS DA CULINÁRIA BRASILEIRA': UMA ANÁLISE ANTES E DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19	
Pedro Ricardo Viviani da Silva	
Gabrielle Padilha Bochi	
Thaina Schwan Karls	
Camila Pinheiro Coura	
Mara Lima de Cnop	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300718	
CAPÍTULO 19.....	254
A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO DOS MECANISMOS DE PROTEÇÃO INTEGRAL ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
Ana Paula Cassimiro	
Jaqueline Figueredo Silva	
Jessica Maria de Souza Felix	
Kauany da Silva Morais	
Thais Lopes Vasconcelos	
Paulla Christianne da Costa Newton	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300719	
CAPÍTULO 20.....	268
A COMPREENSÃO DE QUESTÃO SOCIAL E O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DA SAÚDE EM MOMENTOS DE PANDEMIA – COVID 19	
Cândida Kirst Bergmann	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300720	
CAPÍTULO 21.....	280
CONTRADIÇÕES DO NEODESENVOLVIMENTISMO BOLIVIANO À LUZ DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA	
Guilherme Balduino Gonzaga	
Giuliana da Cunha Faccioli	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300721	
CAPÍTULO 22.....	301
A (DES) URBANIDADE DO DISTRITO DE MARECHAL BORMANN / CHAPECÓ / SC	
Ana Laura Vianna Villela	
Katiane Laura Balzan	
Gabriela Borges da Silva	
André Luiz Carrilho Nucci	
Dyenifer Taysa Mendes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300722	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	317
ÍNDICE REMISSIVO.....	318

A DESISTÊNCIA DA CONDOTA INFRACIONAL POR ADOLESCENTES NO DISTRITO FEDERAL

Data de aceite: 21/07/2021

Data da submissão: 19/05/2021

Andrea Lagares Neiva

Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do
Distrito Federal
Brasília - DF
<http://lattes.cnpq.br/5861012728260091>

Liana Fortunato Costa

Departamento de Psicologia Clínica e Cultura
da Universidade de Brasília
Brasília - DF
<http://lattes.cnpq.br/0374051864999315>

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo discutir o conceito de desistência da conduta infracional por adolescentes, a sua relação com os fatores de risco e proteção. A fundamentação teórica utilizada foi a Perspectiva do Pensamento Sistêmico e a Teoria da Criminologia na construção do conceito de desistência da conduta infracional. Apresenta-se uma discussão teórica sobre os conceitos de adolescente, família e sistema socioeducativo, relacionando-os aos fatores de proteção e aos fatores de risco. Foi realizada uma pesquisa qualitativa com a participação de dez adolescentes e seus familiares. O objeto de estudo desta pesquisa foi o adolescente autor de ato infracional apreendido em flagrante delito ao cometer seu primeiro ato criminal. Para compreender em profundidade o objeto estudado, a ferramenta metodológica utilizada para esse processo foi a Hermenêutica

de Profundidade - HP desenvolvida por John Thompson (2000). É importante pensar, refletir, olhar e estudar a desistência da conduta infracional. Pensar em ações de prevenção que sejam direcionados para: a retirada do passado do presente (o abandono do rótulo de infrator); novas situações para fornecer supervisão e monitoramento, bem como novas oportunidades de apoio social e crescimento; e novas situações que fornecem a oportunidade de transformar a identidade.

PALAVRAS - CHAVE: Desistência da Conduta Infracional; Adolescente autor de ato infracional; Delinquência Juvenil.

THE DESISTANCE OF THE INFRACTION BEHAVIOR BY YOUNG FROM DISTRITO FEDERAL

ABSTRACT: This paper aims to discuss the concept of desistance of infraction behavior by juvenile, its relationship with risk and protection factors. The theoretical basis used for the Perspective of Systemic Thought and the Theory of Criminology in the construction of the concept of giving up the infraction. A theoretical discussion about the concepts of adolescent, family and socio-educational system is presented, relating them to protective factors and risk factors. A qualitative research was carried out with the participation of ten adolescents and their families. The object of study of this research was the adolescent author of an infraction seized in flagrante delicto when committing his first criminal act. To understand in depth the object studied, a methodological tool used for this process was the Depth Hermeneutics - DH developed by John

Thompson (2000). It is important to think, reflect, look and study the abandonment of the infraction. Think of preventive actions that are aimed at: removing the past from the present (or abandoning the offender's label); new technologies to provide supervision and monitoring, as well as new opportunities for social support and growth; and new situations that provide an opportunity for identity.

KEYWORDS: Desistance from infraction conduct; Young offenders; Juvenile Delinquency.

INTRODUÇÃO

Este capítulo visa apresentar o resultado parcial da pesquisa de doutorado da autora sobre desistência da conduta infracional. O estudo do fenômeno da desistência da conduta infracional e da persistência possibilitou um melhor entendimento do comportamento delituoso por parte do adolescente.

Há hoje grande diversidade de estudos sobre o envolvimento de adolescentes com atos infracionais, sobretudo no que concerne à política pública de atendimento a eles. No entanto, ainda se fazem cada vez mais necessários estudos sobre os significados e as consequências de tal envolvimento, de sua interrupção e de como é sua relação com a família, com a sociedade e com seus pares. Muitos direitos sociais, legal e objetivamente garantidos aos adolescentes, vêm sendo questionados, sobretudo a partir de 2014, quando o Congresso Nacional Brasileiro colocou em pauta na agenda de discussões a redução da maioria penal. A relação entre responsabilização e socioeducação expressas pelos marcos legais brasileiros almejam a simultânea proteção do adolescente e a redução do seu envolvimento em atos infracionais

O Conselho Nacional de Justiça do Brasil (CNJ - Brasil), em 2012, por meio do Programa Justiça ao Jovem, um documento intitulado “Panorama Nacional: A execução das medidas socioeducativas de internação” que consistia em um diagnóstico sobre o cumprimento das medidas socioeducativas de internação de adolescentes e jovens em conflito com a lei. Ao analisar um total de 14.613 processos em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, constatou-se que a taxa de reincidência dos adolescentes alcança a marca de 54%. A região Sul e a região Centro-oeste tiveram o maior índice de reincidência: 75% dos adolescentes e jovens apreendidos que responderam a processos, cometeram novos atos infracionais.

Um estudo sobre reincidência e fatores de risco foi realizado em 2008, na cidade canadense de Calgary, publicado em 2011, e identificou que 47% dos adolescentes acompanhados pelos pesquisadores reincidiram. Todos haviam sido sentenciados a alguma medida socioeducativa, seja de meio aberto ou fechado (MacRae, Bertrand, Paetsch & Hornick, 2011). Para estes pesquisadores, quando os fatores de risco (família, grupo de pares, escola e comunidade) estão reunidos e presentes na vida do adolescente, eles contribuem para uma realidade complexa e desfavorecida. A ausência de estrutura, de suporte e de estabilidade emocional e financeira exigem do Estado uma intervenção direta

e especializada junto a este adolescente e sua família com o intuito de interromper o ciclo infracional e lhe oferecer uma nova oportunidade de vida.

A relevância da discussão da desistência da conduta infracional por adolescentes está relacionada à discussão de revisão da imputabilidade penal de adolescentes (PEC 74 de 2011, a PEC 83 de 2011 e a PEC 33 de 2012 além do Projeto de Lei do Senado 147/2013, todas as propostas de emenda à Constituição e o Projeto de Lei do Senado tramita no Senado Federal e propõe a redução da maioria penal para menos de 18 anos). A compreensão da desistência da conduta infracional pode ser uma ferramenta de intervenção para redução da criminalidade por adolescentes, uma vez que possibilitará ações de fortalecimento de fatores de proteção em detrimento dos fatores de risco que contribuem para o envolvimento de adolescentes com a violência.

O estudo do fenômeno da desistência da conduta infracional e da persistência possibilita um melhor entendimento do comportamento delituoso por parte do adolescente. Proporciona, também, uma atenção dos gestores e executores do Sistema Socioeducativo Brasileiro nas necessidades de intervenção e nas possibilidades de transformação e adaptação dos recursos financeiros, pessoais e contextuais e no modo de elaboração e compartilhamento de experiências bem-sucedidas.

DISCUSSÃO TEÓRICA

A compreensão da realidade aqui apresentada fundamenta-se à luz do pensamento sistêmico que permite a construção de um olhar para a realidade, reconhecendo sua complexidade e sua transitoriedade. Tal fato tem início a partir da integração das partes que formam a realidade englobando o biológico, o psicológico e o social como um sistema interligado em que seus elementos se comunicam e se alimentam constantemente. Isso resulta na transformação da realidade a cada instante de comunicação (Barreto, 2005).

A teoria sistêmica apresenta uma perspectiva de construção de um conhecimento articulado com as múltiplas dimensões do mundo, já tendo sido definida em alguns momentos como um novo paradigma da ciência. A abordagem do pensamento sistêmico surge para mudar a forma de pensar a realidade – de um modelo reducionista, individual, intrapsíquico e explanatório para um caráter psicossocial, contextual e baseado nas mudanças apresentadas pelas relações sociais no campo da intersubjetividade. Adotar essa abordagem significa aderir a um campo de estudo e de intervenção diferente, onde o mundo interior dos fenômenos individuais e intrapsíquicos são substituídos por um mundo de comportamentos interativos, observados no seu contexto temporal e espacial (Esteves de Vasconcelos, 2002).

Minuchin, Colapinto e Minuchin (2011) chamam a atenção para a forma como estão organizados os sistemas e para as suas características, como se comportam cada subsistema, de que forma eles interagem e se influenciam mutuamente e o mais importante,

que cada subsistema passará fatalmente por fases de estabilidade e de mudanças. As fases de mudanças são identificadas pelos autores como “períodos de desorganização”. Em alguns casos podem ser dolorosos, marcados por dúvidas e angústias, como no caso das famílias com adolescentes apreendidos por autoria de ato infracional. Neste caso o sistema familiar sofre uma mudança brusca (apreensão do adolescente) e necessita de se reorganizar como sistema. O interessante desta situação de tensão e de dificuldade é que esse comportamento do adolescente pode ser transitório e motivará transformações nos subsistemas da família, de modo que possam explorar e se adaptar à nova situação vivenciada.

A dimensão teórica do fenômeno da desistência da conduta infracional no Brasil tem como fonte a teoria da Criminologia e a relação entre os fatores de risco e de proteção, presentes na realidade cotidiana dos adolescentes autores de ato infracional, na decisão de permanecer ou desistir da trajetória infracional. Para realizar esta tarefa buscaram-se estudos científicos relacionados ao tema da desistência da conduta infracional e aos subtemas: adolescente autor de ato infracional, delinquência juvenil e reincidência infracional a partir do viés da teoria sistêmica.

Para compreender o comportamento do adolescente que comete um ato infracional, a utilização de uma análise do pensamento sistêmico como um condutor proporciona o entendimento da conduta do adolescente, de suas ações e interações, sem deixar de reconhecer e identificar a relevância dos demais sistemas presentes em seu contexto social. É olhar além do ato infracional, como defendem Minuchin (1982) e Fishman (1996). É compreender que a gênese da questão do ato infracional não se reduz somente à disfunção da relação entre os pais e o adolescente, mas também, tem sua origem nas demais relações presentes na vida deste sujeito, por exemplo, com os grupos de pares. É buscar a compreensão desta realidade a partir dos sentidos e significados que ela nos apresenta no momento em que está sendo observada. É perceber que a cada avanço temporal essa realidade poderá ser alterada e seus significados remodelados.

No Brasil, adolescentes, de acordo com o art. 103 do ECA, não cometem crime e sim ato análogo ao crime, identificado por ato infracional. Essa criação de eufemismos da lei penal brasileira é extremamente criticada por Anderson de Andrade e Bruno Machado (2017). Os autores defendem o fim dos eufemismos e uma mudança real no ECA no que se refere às medidas socioeducativas. Acreditam que com uma possível reforma no ECA ou até com a criação da Lei Penal Juvenil Brasileira, a sociedade, os adolescentes e os jovens conseguiriam garantir os avanços conquistados pelo ECA em relação à proteção da infância e juventude, para a responsabilização e socioeducação. Para os autores o reconhecimento de que o adolescente comete crime, cumpre pena, é representado judicialmente e fica preso pode contribuir com o fim da visão que a sociedade brasileira tem do ECA de uma lei que protege o adolescente criminoso, não o pune corretamente e não aplica a lei em seu rigor necessário (Andrade & Machado, 2017). Acabar com a imagem de

uma realidade fantasiosa e encarar a realidade como ela deve ser pode ser uma alternativa de garantir uma responsabilização correta do adolescente pelos crimes cometidos e uma forma de socioeducação eficaz e eficiente, com um retorno não apenas para sociedade, mas, principalmente, para o adolescente que retorna ao convívio social.

É importante apreender o conceito do adolescente como ator e autor de sua história. Este conceito vislumbra de forma mais clara a presença atuante do adolescente diante do direcionamento de sua vida. Entretanto, esta presença apenas poderá ser efetivada se o adolescente tiver uma relação familiar saudável, com afeto, comunicação e supervisão parental e acessar sistemas externos de apoio. É essencial reconhecer que desenvolver uma proposta de protagonismo juvenil é permitir ao adolescente sua expressão genuína, oferecendo o suporte e a possibilidade do exercício da cidadania, conforme preconiza o ECA (1990) e não exigindo do adolescente uma postura resiliente no enfrentamento das situações adversas que a vida o expõe. Assim, está claro que o adolescente não produz comportamentos isolados do meio em que vive, ou seja, do sistema do qual faz parte, da família. Para tanto, se há a necessidade de compreender o comportamento do adolescente autor de ato infracional, é essencial conhecer e compreender o funcionamento e a dinâmica do sistema família e dos subsistemas ao seu redor.

Ao trazer o conceito de família à luz da teoria sistêmica acredita-se que a família tende a funcionar como um sistema total, em que as ações e os comportamentos de um dos membros influenciam e simultaneamente são influenciados pelos comportamentos de todos os outros. Entra aqui a questão da circularidade do sistema familiar, onde a família pode ser encarada como um circuito de retroalimentação. O comportamento de cada pessoa afeta e é afetado pelo comportamento de cada uma das outras pessoas (Schenker & Minayo, 2004). Por outro lado, compreender a família como um sistema aberto (Neuburger, 1992) significa levar em consideração seus relacionamentos com outros sistemas humanos – a família extensa, o trabalho, a escola, os grupos religiosos, dentre outros, e pode ser considerado um subsistema de um suprasistema que é a sociedade.

Com base na teoria sistêmica, a família é um grupo formado por pessoas vinculadas por meio da emoção e/ou consanguinidade, que compartilham tempo suficiente para construir modelos de interações e suas histórias que embasam os modelos de interação (Minuchin, Lee & Simon, 2008). Assim, a família é reconhecidamente um sistema complexo, formado por subsistemas agrupados que compreendem o mundo sob aspectos individuais e sociais, cuja construção dessa compreensão ocorre com base nas relações interacionais dos subsistemas. Compartilhando do conhecimento de Minuchin et al. (2008, p. 57) em relação à compreensão de família os autores defendem que as famílias “são sistemas complexos compostos de indivíduos que necessariamente vêem o mundo de suas próprias perspectivas individuais”, ou seja, não é possível propor e desenvolver uma abordagem direcionada às famílias sem antes buscar conhecê-las em suas relações sociais, urbanas, emocionais, laborais e religiosas.

No sistema família, a formação da estrutura organizacional, de interação familiar, dos sentimentos de pertencimento, de afeto e a definição de papéis, ocorre por meio da conexão estabelecida entre os subsistemas, razão pela qual há muito esforço para manter esse arranjo. Os subsistemas que formam a família podem variar. Cada membro dos subsistemas que compõem o sistema família desenvolve o sentimento de pertencimento ao grupo. Seu desenvolvimento depende da qualidade das relações entre os membros familiares, mas sem dúvida este sentimento promove a manutenção da existência da família, como se traduzisse pela vontade de fazer parte e permanecer neste grupo social, como uma identidade.

Na compreensão das autoras Costa e Penso (2010), as interações familiares ocorrem de maneira interna, entre os subsistemas da família, e de maneira externa, com os subsistemas que compõem as relações sociais de cada subsistema. Podem ser a escola, o trabalho, grupo de pares, a igreja, a comunidade, dentre outras. A qualidade destas interações é demarcada pelas fronteiras e pelas regras que o sistema familiar estabeleceu em seu cotidiano e pela forma de comunicação entre os membros e entre os subsistemas.

O termo 'desistência da conduta infracional' abrange não apenas a interrupção da execução dos atos infracionais, mas, também, o processo de abandono do contexto ilícito em seu cotidiano. Para tanto, conforme LeBel et al. (2008), torna-se necessário compreender as mudanças subjetivas, não apenas as objetivas, assim como as sociais (relações pessoais, casamento, empregabilidade, religião, família e pares) que contribuem e mantém o afastamento, neste caso, de adolescentes da execução de crimes.

Logo a desistência do crime tem que ser vista como um processo e não como uma causa interna. Não pode ser compreendida de forma literal (simples interrupção dos atos criminosos) e sim entendida antes do seu início, durante o seu curso (caso ocorra) e no processo de conclusão da carreira criminosa. Acredita-se que uma concepção de curso de vida proporciona uma perspectiva mais confiável para a compreensão dos processos de desistência e do papel do social. Os autores, Laub e Sampson (2001) e Maruna (1999) defendem que a análise da trajetória de vida (biopsicossocial) do sujeito disponibilizará ferramentas para compreensão do "aparecimento" da desistência ou não comportamento criminoso.

O contexto em que está inserido o adolescente autor de ato infracional que desiste do ato infracional é permeado pelos chamados fatores de risco e proteção. Fatores de risco e proteção compreendem respectivamente condições que comprometam o bem-estar e a saúde dos indivíduos e produzem situações negativas, indesejadas e recursos potenciais que atuam como agentes minimizadores ou eliminadores dos efeitos dos fatores de risco (Corrêa, 2014).

Em sua obra *Juvenile Delinquency: Theory, Practice and Law*, Siegel e Welsh (2011) apresentam um estudo teórico e histórico da delinquência juvenil na América do Norte. Os autores abordam programas de prevenção e atendimento aos adolescentes e familiares em

situação de vulnerabilidade social e econômica. Para os autores, a presença de um fator positivo na vida do adolescente diminui o risco de envolvimento futuro com ato infracional. Em contrapartida, o acontecimento de um evento negativo na vida do adolescente é um fator de risco para ocorrência de um ato infracional futuro. Logo, a oportunidade de uma intervenção nesta realidade complexa, no momento do reconhecimento da desproteção em que se encontra esta família, proporcionará alternativas concretas de proteção para os sujeitos que compõem este sistema.

PESQUISA

O estudo acadêmico foi concretizado por meio da pesquisa qualitativa. Pedro Demo (2004), defende que a pesquisa qualitativa respeita a realidade a ser estudada dando um maior enfoque ao rigor do método científico. Para o autor, este recurso formaliza a informação e propõe um diálogo com a realidade de forma questionadora e inovadora, utilizando como ponto de referência a incapacidade do sujeito de apreender a realidade pura (Demo, 2004). O adjetivo qualitativo soma a pesquisa uma nova forma de enxergar a informação. Esta é ostensivamente interpretada, e ultrapassa a relação campo-objeto, pois a pesquisa qualitativa preocupa-se com o sujeito presente no campo-objeto.

Campo da Pesquisa - A Unidade de Atendimento Inicial (UAI) é considerada como a porta de entrada do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal e um dos órgãos que compõem o Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) (Vara da Infância e Juventude, Ministério Público, Defensoria e demais políticas públicas). O trabalho desenvolvido no local caracteriza-se pelo acolhimento e atendimento psicossocial (cujo produto é o estudo preliminar, entregue ao Juiz, ao Promotor e à Defensoria) de adolescentes a quem se atribui a autoria de ato infracional, em cumprimento ao artigo 175 do ECA (Brasil, 1990) e ao artigo 4º do SINASE (Brasil, 2012). A unidade acolhe adolescentes pelo prazo máximo de 24 horas até sua apresentação ao Poder Judiciário.

Durante o período em que o adolescente permanece acautelado na UAI ele é encaminhado para o atendimento de diversos profissionais. Este atendimento é conduzido por um profissional de Serviço Social ou da Psicologia ou da Pedagogia. Todos os atendimentos são individuais. Por meio deste atendimento, o profissional elabora um instrumento denominado de Estudo Preliminar cujo conteúdo abrange a história sociofamiliar do adolescente, seu contexto, o acesso aos direitos básicos, moradia, alimentação, saúde, educação e lazer. O Estudo Preliminar aborda o contexto em que ocorreu o ato infracional pelo qual ele foi apreendido, sua responsabilidade e a postura do adolescente perante a sua vida e ao fato ocorrido.

Sujeitos da pesquisa - Foi delimitada como amostra intencional diversificada de dez adolescentes apreendidos em flagrante delito por qualquer ato infracional, sem antecedentes infracionais, ou seja, adolescentes que estejam em sua primeira entrada no

sistema socioeducativo e no sistema de segurança pública. O acesso aos adolescentes ocorreu no momento em que estavam acautelados no NAI, após serem encaminhados pela DCA.

Etapas da pesquisa - Foram realizadas três fases: 1) entrevista semiestruturada: pretendeu conhecer a história do adolescente e do ato infracional, de acordo com a perspectiva dos sujeitos (adolescente e da família), como veem suas vidas no presente e no futuro, se conseguem identificar quem compõe a rede social, os fatores de proteção e de risco e como estes se relacionam com a suas histórias de vida e com o ato infracional; 2) instrumento de captação das informações: compreende-se como um guia de coleta de informações dos prontuários dos adolescentes no NAI. 3) Acompanhamento mensal com o adolescente e familiar durante três meses.

Aspectos Éticos - A pesquisa foi pensada e delineada a partir dos pressupostos éticos previstos na legislação vigente. Diante o exposto, a primeira ação para realização do estudo piloto foi a submissão do projeto de pesquisa do doutorado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde da Universidade de Brasília – CEP/FS - UnB. O projeto foi aprovado por meio do Parecer Consubstanciado.

RESULTADOS

Em relação à primeira etapa, todos os 10 (dez) adolescentes que participaram da pesquisa apresentaram um comportamento aberto e receptivo, mantiveram um diálogo equilibrado, respondendo a todas as perguntas. Todos os dez participantes da pesquisa concordaram em participar da terceira etapa realizada mensalmente, por três meses, a partir daquela data.

O instrumental de coleta de informações institucionais referente a segunda etapa foi dividido em três partes: a) O adolescente; b) A família e c) História Jurídica. Os dados obtidos por meio da aplicação do referido instrumental estão organizados na tabela a seguir.

Adolescente	Educação e Trabalho	Saúde	Assistência Social e Encaminhamentos realizados	Programa do Governo	Medida Protetiva	Acompanhamento Conselho Tutelar	VIJ, MP e Defensoria
Preciso de cuidado, estou me sentindo sozinho	Matriculado e frequente. Já trabalhou em um lava a jato.	Faz uso frequente de maconha e de álcool. De acordo com o atendimento no NAI apresentou boa saúde física e mental.	Conselho tutelar para avaliação de aplicação de medida protetiva para tratamento relacionado ao uso de maconha e CRAS. Para o Centro Olímpico de Samambaia.	Nunca participou	Não há informações	Nunca foram atendidos	Não houve posicionamento sobre a solicitação de medida protetiva

Eu sou filho da rua	Matriculado e frequente. Não há informações sobre atividades laborais.	Faz uso de maconha e não há registro de atendimento pela equipe de saúde do NAI	Não foram realizados encaminhamentos	Atualmente não participa mais	Não há informações	Já foi atendida pelo CT na época do processo de guarda do adolescente.	
Socorro! Não sei quem sou, adulto ou adolescente	Não estuda atualmente. Foi orientado pelo profissional da Educação para retornar para escola e retomar os estudos. Nunca exerceu atividade laboral	Nega o uso de álcool e outras drogas. Apresentou boa saúde física e mental.	Conselho Tutelar	Atualmente não participa	Não há informações	Nunca foram atendidos	
Não estou entendendo	Matriculado e não frequente. Trabalha com o genitor como auxiliar de pintor de parede.	Não faz uso de drogas ilícitas. Usa diariamente tabaco e socialmente álcool. De acordo com o atendimento pela equipe de saúde do NAI apresenta boa condição de saúde física e mental.	SEDESTMIDH - CRAS para programas socioeducativos e de profissionalização.	Nunca participou	Não há informações	Nunca foram atendidos	
Socorro! Cuida de mim	Não estuda atualmente. Foi orientado pelo profissional da Educação para retornar para escola e retomar os estudos. Já trabalhou como vendedor e garçom	Faz uso álcool e outras drogas. No início do ano entrou em coma por overdose. Afirma que desde então reduziu o consumo chegando a suspender totalmente por um período.	Conselho Tutelar, Medida Protetiva, CRAS e CAPS ad	Bolsa Família	Não há informações	A família é acompanhada pelo CT há alguns anos. A genitora procurou pedindo ajuda com a filha	Não houve posicionamento sobre a solicitação de medida protetiva
Socorro!	Matriculado e frequente. Afirma já ter trabalhado com panfletagem.	Não há informações de atendimento	Conselho Tutelar, CRAS, Foi atendido pelo profissional da SEDEST que fez orientações sobre os serviços da Assistência Social, mas nenhum encaminhamento efetivo, apenas se apresentar no CRAS.	Atualmente não participam mais	Não há informações	Genitora procurou o CT para orientá-la em relação ao comportamento do filho e para ajudar no encaminhamento para atividades no contraturno escolar.	Não houve posicionamento sobre a solicitação de medida protetiva

Sou filho da minha amiga	Matriculado, frequente e tem registros de repetência escolar. Nunca exerceu atividade laboral.	Faz uso frequente de maconha.	CRAS - para acompanhamento familiar e inserção em atividades no contraturno escolar	Atualmente não participa mais	Não há informações	Foram atendidos 2 semanas antes do cometimento do ato infracional pelo excesso de faltas na escola.	
Errei, mas bola para frente	Matriculado e frequente. Já trabalhou com o pai em sua oficina. Decidiu parar porque não estava conseguindo conciliar os estudos e o trabalho.	Nega o uso de álcool e outras drogas. Apresentou boa saúde física e mental.	Conselho Tutelar e CRAS (embora o especialista tenha avaliado que o adolescente não faz uso de álcool e outras drogas, tenha em sua família um fator de proteção)	Nunca participou	Não há informações	Nunca foram atendidos	Não houve posicionamento sobre a solicitação de medida protetiva
Não sei se se sigo ou não meu pai	Matriculado e não frequente. Parou de ir para escola há 2 semanas. Foi orientado pelo profissional da Educação a retornar para escola e retomar os estudos. Nunca exerceu atividades laborais	Faz uso eventual de maconha. De acordo com o atendimento pela equipe de saúde do NAI apresenta boa condição de saúde física e mental.	CRAS - para acompanhamento familiar e inserção em atividades no contraturno escolar	Bolsa Família	Não há informações	A genitora procurou o CT para solicitar orientações em relação ao comportamento do filho, não quer ir para escola e ficar em festas fora da sua faixa etária.	
Não sei quem sou	Matriculado e frequente. Nunca trabalhou.	Não há informações de atendimento	Não foram realizados encaminhamentos	Atualmente não participam mais	Não há informações	Foram atendidos uma vez pelo CT , porque o filho caçula não estava frequentando as aulas. Mas já faz alguns anos este evento. E não foram mais pelo CT	

Tabela 01 - Informações Institucionais dos Adolescentes e Famílias

Durante a fase de acompanhamento, dos dez adolescentes entrevistados, somente “Sou filho da minha amiga” cometeu novo ato infracional no intervalo de tempo entre o segundo e o terceiro acompanhamento, portanto não participou da fase seguinte do estudo piloto. A pesquisadora foi informada do fato pela genitora do adolescente que no momento de sua apreensão e encaminhamento para Unidade de Internação Provisória entrou em contato por meio de ligação telefônica. Os demais participantes da pesquisa não cometeram novos atos infracionais, gerando um índice de 90% de interrupção da trajetória infracional e apenas 10% de índice de permanência da trajetória infracional.

DISCUSSÃO

Os três conceitos principais em torno dos quais foi construída a argumentação deste trabalho foram: Adolescente, Desistência da Conduta Infracional e Fatores de Risco e Proteção. A partir dessa definição a ferramenta metodológica utilizada para esse processo foi a Hermenêutica de Profundidade - HP desenvolvida por John Thompson (2000). A constante presença do caráter crítico, o reconhecimento da importância dos contextos sociais e históricos para compreensão da realidade, a análise do discurso e a interpretação dos sentidos e significados (formas simbólicas) definem a metodologia da HP.

Os comportamentos de risco ou fatores de risco compreendem, nesta etapa da pesquisa, eventos que ocorrem na vida do adolescente e de sua família que contribuem para uma situação de desproteção e possível permanência da sua trajetória infracional. Já os comportamentos de proteção ou fatores de proteção são eventos presentes na vida dos adolescentes e de familiares que contribuem para a desistência da conduta infracional.

No primeiro momento de contato entre os sujeitos da pesquisa e a pesquisadora (entrevista), estiveram presentes no discurso dos adolescentes os sentimentos de medo e de susto em relação à apreensão, o desconhecimento de seus pais em relação à sua realidade cotidiana vivenciada, a ausência da supervisão parental e da autoridade parental e as vulnerabilidades sociais e econômicas que as famílias enfrentam. Nas três etapas seguintes, os adolescentes apresentaram em algumas falas o reordenamento da dinâmica familiar para tentar sanar ou amenizar os reflexos causados pela apreensão e pelo cometimento do ato infracional. Quando os adolescentes foram questionados sobre a apreensão e a possibilidade de um novo ato infracional em suas vidas, refletem que a apreensão, apesar do sofrimento e do sentimento de solidão, também foi um processo de aprendizado. Acreditam que merecem um futuro melhor, pensam em suas escolhas e concluem que o crime compensou. Perder a liberdade os fez pensar no que vale a pena na vida. A apreensão foi um marco de mudança de pensamento e comportamento para os adolescentes. A partir dessa constatação, percebe-se a importância de identificar um caminho para pensar e para refletir na desistência da conduta infracional e em ações para promover esse comportamento junto aos adolescentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante pensar, refletir, olhar e estudar a desistência da conduta infracional. Como mencionado anteriormente, a desistência do crime é um processo de interrupção da prática de crimes. Esse processo pode ser motivado por influências sociais externas e por mudanças de comportamentos, processo interno (Abeling-Judge, 2016). Este estudo propõe, além da apresentação do conceito da desistência do crime, compreender como o processo da desistência pode acontecer para os adolescentes.

Os autores ingleses, Maruna e Immerigeon (2011) ressaltam em sua obra, Depois

do Crime e da Punição: Caminhos para a Reintegração de Delinquentes, que pensar na desistência do crime é pensar nas fundamentações teóricas relacionadas aos motivos que conduzem as pessoas a desistirem do crime. Para os autores, na Inglaterra, a maioria das políticas é conduzida por alguma ideia vaga de que a vigilância combinada com alguma forma de orientação pode promover a desistência. Maruna e Immerigeon (2011) veem essa concepção teórica de desistência do crime por meio do controle ultrapassada. Para os autores a desistência do crime é um processo necessariamente acompanhado da mudança de identidade pessoal. Em outras palavras, a verdadeira desistência ocorre somente quando os sujeitos alteram cognitivamente seu papel ou identidade de delinqüente ou criminoso, a um de pessoa de bem, mudada ou cidadão produtivo da sociedade.

A importância do estudo da desistência da conduta infracional se relaciona com a identificação da ausência e/ou ineficácia da Política de Proteção à Infância e à Adolescência do Brasil. Assim como o estudo desenvolvido por Jacobina (2011) identificou a “visibilidade” inversa da proteção, em que o estado brasileiro age apenas quando o adolescente viola o direito de outro cidadão, oito das dez famílias participantes desta pesquisa receberam algum atendimento por um órgão do governo, seja CRAS, CREAS e/ou Conselho Tutelar, além da aplicação de alguma medida protetiva. Esse quadro desanimador apresenta uma realidade semelhante à demonstrada há sete anos. Ontem e hoje, o mesmo Estado, ciente das necessidades e da desproteção que esses adolescentes vivem e viveram, preferiu assistir de “camarote”, conforme afirma a autora, a transformação da desproteção em envolvimento infracional em crime.

Enfim, o que se espera com o estudo e compreensão do fenômeno da desistência da conduta infracional? Espera-se, além da divulgação do conhecimento e a promoção de novas pesquisas sobre o tema, contribuir para a elaboração de uma política de prevenção à violência e não controle da violência. Contudo, diretamente relacionado ao tema, acredita-se que este estudo possibilitará a formulação de uma proposta de atendimento e intervenção precoce aos adolescentes que estão em início de sua trajetória infracional.

REFERÊNCIAS

Abeling-Judge, D. (2016). **Different social influences and desistance from crime.** *Criminal Justice and Behavior*, Vol. 43, No. 9, September 2016, 1225–1241. DOI: 10.1177/0093854816652639

Andrade, A. P. & Machado, B. A. (2017). **Justiça e processo penal juvenil: paradigmas, discurso político e o modelo brasileiro.** In A. P. Andrade., & B. A. Machado (Coords.), *Justiça juvenil: Paradigmas e experiências comparadas.* (pp. 23-56). Brasília: Fundação da Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Brasil (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.079, de 13 de julho de 1990.** Recuperado em 10 de julho de 2017, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

Brasil (2012a). **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Lei 12.594 de 18 de janeiro de 2012**. Recuperado em 18 de julho de 2017, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm

Brasil (2012b). **Justiça Infante Juvenil: Situação atual e critérios de aprimoramento. Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**. Recuperado em 21 de julho de 2017, em http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/relatorio_pesquisa_infantoJuvenil.pdf

Barreto, A de P. (2005). **Terapia Comunitária: passo a passo**. Fortaleza: Gráfica LCR.

Côrrea, A. de O. (2014). **Adaptação e validação do communities that care youth survey (CTCYS) para uma comunidade brasileira: um estudo piloto**. (Dissertação de mestrado), Departamento de Psicologia Clínica, Universidade de Brasília, Brasília.

Costa, L. F., & Penso, M. A. (2010). **A dimensão clínica das intervenções psicossociais com adolescentes e famílias**. In M. M. Marra, & L. F. Costa (Eds.), *Temas da clínica do adolescente e da família* (pp. 201-214). São Paulo: Ágora.

Demo, P. (2004). **Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos**. 2ª edição. São Paulo: Papius.

Esteves de Vasconcellos, M. J. (2002). **Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência**. Campinas: Pappirus.

Fishman, H. C. (1996). **Tratando adolescentes com problema: uma abordagem da terapia familiar**. Porto Alegre: Artmed.

Jacobina, O. M. P. (2011). **Filhos do Brasil: Da (des) proteção ao ato infracional**. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. Disponível: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/9412>

Laub, J. H., & Sampson, R. J. (2001). **Understanding desistance from crime**. *Crime and Justice*, 28, 1-69. Doi: <http://www.jstor.org/stable/1147672>

LeBel, T. P., Burnett, R., Maruna, S., & Bushway, S. (2008) **The 'Chicken and Egg' of Subjective and Social Factors in Desistance from crime**. *European Journal of Criminology*, 5,131.

MacRae, L. D., Bertrand, L. D., Paetsch, J. J., & Hornick, J. P. (2011). **Relating Risk and Protective Factors to Youth reoffending: A Two-year follow-up**. *International Journal of Child, Youth and Family Studies*, 2 (1), 172-196.

Maruna, S. & Immarigeon, R. (2011). **After Crime and Punishment: Pathways to Offender Reintegration**. London: Routledge. ISBN-13: 978-1843920571, ISBN-10: 1843920573

Maruna, S. (1999, março). **Desistance and development: the psychosocial process of 'going straight'**. Papers from the British Criminology Conference, Queens University, Belfast, Reino Unido. Recuperado em 03 de julho de 2017, em <http://www.britisocrim.org/volume2/003.pdf>

Minuchin, S. (1982). **Famílias: funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: Arte Médicas.

Minuchin, S., Lee, W.Y., & Simon, G. M. (2008). ***Dominando a terapia familiar***. Porto Alegre: ArtMed.

Minuchin, S., Colapinto, J., & Minuchin, P. (2011). ***O desafio de trabalhar com pessoas de alto risco social***. São Paulo: Roca.

Neuburger, R. (1992). **Psicose e Adolescência: função da representação**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 8 (Suplemento), 426-431

Schenker, M., & Minayo, M. C. de S. (2004) **A importância da família no tratamento do uso abusivo de drogas: uma revisão da literatura**. *Caderno Saúde Pública*, 20 (3), 649-659.

Siegel, L. J., & Welsh, B. C. (2011). ***Juvenile Delinquency: theory, practice and law***. Belmont: Wadsworth, Cengage Learning.

Thompson, J. B. (2000). ***Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa***. Petrópolis: Vozes.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescente autor de ato infracional 200, 203, 204, 205
Agroindústria 11, 59, 60, 61, 62, 66, 75, 76
Assistente Social 13, 254, 256, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 278, 279, 317
Associações 10, 52, 53, 54, 57, 157
Auditoria 34, 35, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 100, 157, 165

B

Bem Viver 12, 183, 184, 185, 194, 195, 196, 197, 198
Bibliotecas Públicas 12, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225
Biblioteca Universitária 226, 227, 228, 229
Bolívia 280, 281, 282, 288, 289, 290, 293, 294, 296, 297, 298

C

Capitalismo Dependente 280, 283, 284, 286, 287, 296, 298
Chapecó 13, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 310, 311, 314, 315
Compartilhamento de informações 122, 123, 124, 125, 126, 128, 130
Contabilidade 11, 24, 27, 32, 33, 34, 36, 38, 49, 50, 51, 92, 110, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 156, 163, 165
Contabilidade Gerencial 122, 163
Contabilidade Interorganizacional 11, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133
COVID-19 9, 10, 12, 13, 23, 24, 25, 27, 28, 170, 171, 172, 173, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 214, 216, 241, 242, 243, 245, 249, 252, 253, 269, 277
Crise Econômica 25, 65, 274
Crítica 17, 18, 19, 20, 21, 119, 136, 139, 140, 142, 154, 158, 159, 166, 191, 199, 213, 272, 273, 276, 278, 293
Culinária Brasileira 13, 241, 242, 245, 247, 248
Cultura 16, 37, 60, 61, 66, 70, 74, 75, 76, 77, 88, 121, 131, 137, 139, 150, 160, 164, 166, 194, 200, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 241, 243, 244, 245, 246, 259
D
Desenvolvimento Social 9, 21, 112, 113, 114, 116, 118, 119, 120, 261
DESENVOLVIMENTO SOCIAL 11, 112

Desistência da conduta infracional 12, 200, 201, 202, 203, 205, 210, 211

Desurbanismo 301, 302, 316

Diáspora 59, 60, 61, 62, 63, 75, 76

Direito 12, 34, 50, 63, 135, 137, 140, 153, 157, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 211, 243, 254, 256, 257, 265, 266, 274, 275, 276

Diversidade cultural 11, 59, 60, 75, 196, 217, 241

E

Ecoeducação 1, 3, 9

Empreendedorismo 32, 52, 57, 58

Energia sustentável 1, 3, 9

ERTS 11, 79

Escola Sustentável 1, 2, 3, 5, 9, 15, 16

Espírito do capitalismo 10, 17, 18, 19, 20, 21, 22

Exposições 12, 147, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225

Extensão 15, 134, 136, 161, 163, 164, 224, 226, 227, 229, 232, 233, 236, 237, 242, 243, 245, 246, 251

Extrativismo 280, 284, 293

F

Fábricas Recuperadas 11, 79, 81, 91

Ferramentas gerenciais 23, 25, 32

Final de graduação 134

Flaskô 11, 79, 80, 81, 82, 84, 87, 88, 89, 90

Forças Políticas 152, 154, 155, 156

Formação técnica integrada 11, 112, 113, 114, 115, 120, 121

Fragilidade socioespacial e ambiental 134, 135, 142, 149, 150

G

Gastronomia 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248

Gestão de recursos humanos 12, 92, 95, 100, 226

H

Haitianos 59, 61, 63, 64, 65, 77

I

Informação em saúde 170

Investimento 1, 6, 98, 140, 165, 188, 273, 288, 289, 290, 292

M

Marechal Bormann 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 309, 310, 311, 313, 314, 315

Microempreendedor Individual 23, 24, 25, 27

Mídias Sociais 23, 29, 30, 32, 238, 242

Moradia 183, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 206, 308, 309

O

Oportunidades 52, 53, 54, 55, 56, 57, 110, 120, 124, 135, 149, 159, 191, 200, 223

P

Pandemia 9, 10, 12, 13, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 167, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 179, 180, 181, 214, 216, 222, 241, 242, 243, 245, 246, 247, 249, 251, 252, 268, 269, 276, 277

Perfil e expectativas de estudantes 112, 121

Pesquisa interdisciplinar 112, 114

Política Pública 150, 201, 259, 260, 269, 301

Produção científica 12, 118, 170, 182

Q

Questão Social 13, 261, 262, 268, 269, 270, 272, 276, 278, 279

R

Remuneração Estratégica 92, 93, 94, 95, 96, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111

Repositórios 12, 170, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 226, 232, 235

Resultado Econômico 34

Ruy Mauro Marini 280, 281, 282, 288, 300

S

Senegaleses 59, 61, 65

Sistema Gestão Ambiental 34, 37

Sistema único de saúde 156

Sustentabilidade 9, 1, 2, 3, 4, 15, 16, 36, 37, 49, 131, 150, 157, 161, 163, 168, 195, 215, 224, 293

T

Técnicas construtivas de urgência 134

Teoria da Dependência 282

Terceirização 12, 84, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 165, 166

Trabalho 10, 13, 2, 15, 17, 20, 21, 22, 23, 25, 30, 32, 34, 35, 38, 44, 45, 46, 47, 48, 55, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 84, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 111, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 124, 125, 126, 128, 131, 134, 135, 137, 140, 141, 142, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 152, 156, 159, 160, 161, 164, 165, 168, 173, 181, 184, 187, 188, 190, 192, 193, 196, 200, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 214, 215, 221, 223, 224, 230, 240, 241, 243, 244, 251, 254, 255, 257, 259, 260, 261, 264, 268, 269, 270, 271, 272, 275, 276, 277, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 293, 294, 295, 296

V

Violência doméstica 13, 254, 255, 256, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266

Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas

2



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2021

Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas

2



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2021